



II WORKSHOP INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DO AMBIENTE: DESASTRES AMBIENTAIS E SUSTENTABILIDADE & GISDAY 2011



II WORKSHOP INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DO AMBIENTE: Desastres Ambientais e
Sustentabilidade & GISDAY 2011
Novembro de 2011
Florianópolis - SC - Brasil

PARQUE ESTADUAL DO RIO VERMELHO: UMA ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA PAISAGEM

Daniel Alexandre Heberle (ENGEMAB/UDESC) - daniel@engemab.com.br

Engenheiro Agrônomo, mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental

Maria Paula Casagrande Marimon (FAED/UDESC) - f2mpcm@udesc.br

Geóloga, Doutora em Geociências, professora do Departamento de Geografia FAED/UDESC

Parque Estadual do Rio Vermelho: Uma Análise da Evolução da Paisagem

Sinopse

Este trabalho tem o objetivo de apresentar o histórico da ocupação do Parque Estadual do Rio Vermelho e seu entorno, o distrito de São João do Rio Vermelho, desde a colonização açoriana da ilha de Santa Catarina, no século XVIII, até sua criação e os dias atuais. O Parque foi criado inicialmente pelo Decreto Estadual nº 2006, de 1962, denominado inicialmente de Estação Florestal do Rio Vermelho, com intuito de fomentar a experimentação de espécies de *Pinus* spp. e *Eucalyptus* spp. Para sua implantação foram realizadas várias alterações ambientais, tais como drenagem das áreas úmidas, aplainamento das dunas mais elevadas, queimadas, transposição de turfeiras, entre outras alterações. Atualmente, já enquadrado como Parque Estadual conforme o Sistema Nacional de Unidade de Conservação – SNUC está em processo de retirada da vegetação exótica existente.

Synopsis

This study has the objective to historicize the occupation of the Rio Vermelho State Park and surroundings, the district of São João do Rio Vermelho, since the Azorean colonization of the Santa Catarina Island, in XVIII Century, to actual years. The park was created by the State Act n. 2006, in 1962, denominated as Rio Vermelho Forest Station, with the intent to experiment the different species of *Pinus* spp. e *Eucalyptus* spp. To up come with the implantation of the park, a series of environmental modifications took place, as wet lands were drained, sand dunes fields were flattened, wood and grass were burned, as an example of the natural environment alterations. Nowadays, the park has been reclassified by the National System of Conservation Units, and the substitution process of exotic vegetation has started.

Parque Estadual do Rio Vermelho: Uma Análise da Evolução da Paisagem

O trabalho tem o objetivo de apresentar a história da ocupação do Parque Estadual do Rio Vermelho - PAERVE e seu entorno, o distrito de São João do Rio Vermelho. O Parque Estadual do Rio Vermelho foi criado inicialmente pelo Decreto Estadual nº 2006, de 21 de setembro de 1962, denominado de Estação Florestal do Rio Vermelho, com intuito de fomentar a experimentação de espécies de *Pinus* spp. e *Eucalyptus* spp., e a comprovação dos melhores índices de desenvolvimento de espécimes adaptáveis à região catarinense.

Em 1974, através do Decreto Estadual nº 994, a então Estação Florestal, passou a se designar de Parque Florestal do Rio Vermelho, incorporando terras adjacentes e lindeiras, entendidas pelo Governo Estadual como terras devolutas. Reavaliado em 2007, o PAERVE foi enquadrado na categoria de parque estadual do grupo de proteção integral, pelo Decreto Lei Estadual n. 308, de maio de 2007, conforme estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC (Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000). Possui oficialmente 1.532 hectares, com cobertura vegetal original distribuída entre os ecossistemas de Restinga (arbórea, arbustiva e herbácea), Dunas e Floresta Ombrófila Densa, que foram substituídos em grande parte pelos reflorestamentos.

O PAERVE está localizado na porção Nordeste da Ilha de Santa Catarina, Distrito do Rio Vermelho, situado entre o Oceano Atlântico e a Lagoa da Conceição e abrange, a Leste, parte da Praia de Moçambique, com aproximadamente 12,5 km de extensão e, a Oeste, 8,5 km da orla da Lagoa da Conceição.

O povoado de São João do Rio Vermelho, atual bairro do Rio Vermelho, teve sua ocupação efetiva, iniciada a partir de 1748 com a expansão de núcleos açorianos, já existentes na Ilha de Santa Catarina. Os açorianos foram enviados para ocupar toda a região Sul do Brasil, estabelecendo-se em áreas do litoral dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul (MENEZES, 2004). Lupi (1989) considera que os açorianos que vieram para o Rio Vermelho “foram alcançando o interior da Ilha, estabelecendo-se junto à lagoa, rumo ao norte”. De fato, a ocupação do território pelos açorianos, que fizeram do espaço o reflexo do seu modo de viver, tornou a localidade do Rio Vermelho, um exemplo da colonização que ocorreu na Ilha. Agricultores, vieram a aprender a pescar, dominaram o cultivo da mandioca, espalhando engenho de farinha por quase toda Ilha. Somente no Rio Vermelho, os dados do censo do IBGE, da década 1960, apontam a existência de 22 engenhos (LUPI, 1989). Quase

toda área era aproveitada economicamente, exceto os areais, próximos à praia do Moçambique, e a várzea por onde passa o rio Vermelho.

Até a década de 60, a produção leiteira era de 100.000 litros de leite ano. Devido ao incentivo do estado de Santa Catarina à produção leiteira foram criados diversos postos de monta (LUPI, 1989). Segundo Campos (1991), havia posto de monta não só no rio Vermelho, mas em diversas outras localidades da Ilha, como: Rio Tavares, Ressacada, Vargem Pequena, Córrego Grande, Itacorubi e Canasvieiras, com o objetivo de desenvolver a atividade leiteira na região. O autor identifica o Campo da Barra como terra de uso comunal, assim como em outras áreas da Ilha.

Apesar da criação da, então, Estação Florestal, em 1962, com a aprovação da Lei Federal n.º. 5.106, em 1966, que previa incentivos fiscais para plantios florestais, especialmente na região Sul, ganhou força a idéia de exploração da cultura de *Pinus spp.* e *Eucalyptus spp.* com plantios experimentais.

Segundo Caruso (1990), na restinga do Rio Vermelho ocorre a maior área florestada da Ilha, com 4,87 Km², embora restando muito pouco da vegetação original.

Para a obtenção de sucesso com os plantios, o então responsável pela Estação Florestal, o advogado Henrique Berenhauser, utilizou de conhecimento adquirido em viagens ao exterior, onde visitou diversos projetos similares em áreas costeiras, juntamente com a contribuição do conhecimento local, de pessoas que trabalhavam na implantação de reflorestamentos, aliado a necessária experimentação para a adaptação das espécies exóticas.

Dentre as atividades desenvolvidas que contribuiram para a implantação do projeto de reflorestamento no Parque Estadual do Rio Vermelho, destacam-se o rebaixamento do nível freático; o desmatamento da vegetação nativa; a utilização de queimadas; o aplainamento do terreno e a transposição de turfeira. Estas alterações causaram danos não dimensionáveis ao ecossistema local, interferindo diretamente na heterogeneidade natural existente, Heberle (2011).

A construção da rede de canais de drenagem, com aproximadamente 40 km de extensão, levou ao rebaixamento do nível freático, alterando o comportamento hídrico local, principalmente das áreas úmidas e alagadas, e permitiu o avanço do plantio das espécies exóticas sobre essas áreas. Ainda, a vegetação remanescente das áreas, até então, não agricultáveis, foi removida, ou seja, todo local que apresentasse alternativa técnica para o plantio foi manejado para tal. Importante salientar que algumas espécies de grande porte, e outras valorizadas não foram derrubadas.

Durante a etapa de preparação das áreas para receber o plantio de *Pinus spp.*, queimadas também foram utilizadas com o intuito de eliminar a biomassa vegetal, para, por exemplo, evitar o incêndio nos talhões plantados, e provocaram nas áreas

de baixada uma queima prolongada da matéria orgânica acumulada naturalmente trazendo grande perda ao sistema do solo local.

Outra atividade realizada foi o aplainamento do terreno, com o intuito de homogeneizar a superfície e facilitar o plantio e também de potencializar a sobrevivência das mudas. E por fim, o solo orgânico foi transposto para as áreas onde a quantidade de matéria orgânica superficial era baixa, servindo de adubo no momento do plantio.

Diante das alterações ambientais ocorridas durante a implantação dos aproximadamente 485 hectares de *Pinus* spp. na então Estação Florestal, bem como a permanência desta cobertura vegetal, por pelo menos 45 anos, e considerando as modificações da paisagem, através das alterações na dinâmica da água, do retrabalhamento pelo vento e flora, bem como a destruição das características de alguns solos, típicos de planície costeira, pode-se afirmar que o meio natural da restinga do PAERVE está completamente alterado.

No entanto, alguns eventos ocorridos como a exploração de resina, bem como cortes seletivos, contribuíram para a permeabilidade dos talhões de *Pinus* spp., resultando em aumento da regeneração de espécies nativas no subosque desses talhões.

Atualmente o PAERVE, está passando pelo processo de aprovação do plano de manejo da UC e iniciando um processo de restauração ambiental. Este último gera insegurança no que tange ao sucesso esperado, uma vez que, retirado o reflorestamento, o PAERVE torna-se mais vulnerável as pressões de ocupação antrópica e mais instável a ação dos fatores abióticos e bióticos.

CAMPOS, N. J. **Terras comunais na Ilha de Santa Catarina**; Florianópolis, Ed. da UFSC; 1991.

CARUSO, M. M. L. **O desmatamento da Ilha de Santa Catarina de 1500 aos dias atuais**. Florianópolis: edUFSC, 1990.

HEBERLE, D.A. **Heterogeneidade Ambiental do Parque Estadual do Rio Vermelho, Florianópolis – SC**. Florianópolis, 2011. Dissertação (Mestrado profissional em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental) Universidade do Estado de Santa Catarina.

LUPI, J.E.P.B.; LUPI, S.M. **São João do Rio Vermelho: Memórias dos Açores em Santa Catarina**. Porto Alegre: gráfica Grafosul, 1989.

MENEZES, D. L. **O Bairro do Rio Vermelho: Um Espaço em Transformação**. Florianópolis, 2004. 180 páginas. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil), Universidade Federal de Santa Catarina.